

Executivo corre o risco de iniciar 1990 sem Orçamento

JORNAL DE BRASÍLIA 21 SET 1989

Carlos Menandro 15.8.89

O Governo poderá ser forçado a conter seus gastos logo a partir do início do próximo ano, caso o Congresso não aprove o projeto de lei do Orçamento Geral da União (OGU) até o dia 31 de dezembro. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada no dia 10 de julho último, determina que na falta de um Orçamento votado pelo Congresso, o Governo poderá gastar até o limite de 1/12 das dotações do projeto por mês, e apenas para manutenção da máquina administrativa. Para evitar esta contenção forçada de gastos, o Governo deverá encaminhar o detalhamento do OGU ao Congresso até o próximo dia 30, conforme disse ontem o **Jornal de Brasília** o titular da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF), da Seplan, Pedro Pullen Parente.

Parente informou que, juntamente com o detalhamento do OGU, o Executivo deverá encaminhar também ao Congresso três projetos que integram o pacote fiscal e que estão previstos na LDO: elevação da contribuição social das empresas de 10 para 12% e do setor financeiro de 12 para 14%; tributação dos fundos de curto prazo; e aplicação do IOF nas bolsas de valores.

Mais tributos

Com o pacote fiscal completo, o Governo espera obter no próximo ano uma arrecadação adicional de NCz\$ 7,2 bilhões (a preços de maio). Entretanto, não há qualquer movimentação no Congresso para agilizar a votação dos projetos do pacote tributário já encaminha-



Parente justifica o atraso

dos pelo Executivo. Os parlamentares estão mais preocupados com os assuntos ligados à eleição para presidente da República e muitos acusam o Governo pela demora em enviar o detalhamento do OGU para votação.

Por sua vez, o titular da SOF ressalta que o atraso no detalhamento do Orçamento da União deve-se à demora com que o Con-

gresso aprovou a LDO. A Lei estabelece que o Executivo não pode encaminhar um orçamento desequilibrado, ou seja, as despesas devem corresponder às receitas. Desta forma, além de tratar da questão do aumento das receitas, coube ao Governo cortar o que pôde, reduzindo bastante os investimentos para o próximo ano.

Atrasos

“A demora do Congresso em aprovar a LDO nos obrigou a atrasar a elaboração do Orçamento em pelo menos 60 dias. Esperávamos iniciar a montagem do OGU em abril, como ocorreu no ano passado, mas como a LDO foi aprovada somente em 10 de julho, tivemos dificuldades para detalhar o OGU e encaminhá-lo rapidamente para aprovação do Congresso”, completou.

Estimativas preliminares da SOF indicam que os investimentos do Governo no ano que vem ficarão por volta da metade dos recursos deste ano, caindo cerca de 1,2% a 1,5% do Produto Interno Bruto (PIB) de 89 para 0,5 a 0,7% do PIB previsto para 1990. Pela LDO, o Governo também não poderá financiar o serviço da dívida com a emissão de títulos públicos. Com estas mudanças, a Seplan foi obrigada a efetuar uma forte redução de despesas e, conseqüentemente, de investimentos, principalmente nos setores de saúde, educação, serviços básicos e engenharia. Conforme determina a LDO, em preços de maio deste ano, o Orçamento Fiscal da União global ficará em torno de NCz\$ 465 bilhões.